Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data ___/___/___
Cod. IADD00184

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CIENTISTAS SOCIAIS - Ato público

Comentários e pareceres de D. Tomás Balduíno (Bispo de Goiás Velho e Presidente do CIMI)

Meus amigos, comparecendo aqui, neste momento extraordinário, singular na história da nossa terra, do nosso povo, que nos faz ficar de cabelo arrepiado, pensando naquilo que está em gestação neste acontecimento. É com satisfação que represento e falo em nome do Conselho Indigenista Missionário - o CIMI, que na livre expressão de D. Pedro Casaldáliga é o "perseguido no Templo e no pretório" (risos).

Falo também em nome da minha Igreja sertaneja de Goiás, da Diocese de Goiás. E, falo com muita honra, que acabei de receber, um pouco antes dessa sessão, um telefonema de Itaici, com o pedido de D.Paulo Evaristo Arns para representá-lo aqui (palmas).

Eu queria dar um esclarecimentoe levantar uma breve questão para algo que acho extremamente grave: coloco-me na linha daquilo que falava Manteni Cabixi, o Pareci, que foi justamente aplaudido por nós todos: o índio colocado na mira da Lei de Segurança Nacional. Quero chamar a atenção de voces pois o que vou dizer aqui tem fundamento, mesmo naquilo que foi declarado nas entrelinhas, e em certos momentos até explicitamente, nesta entrevista do ministro que estava lendo hoje no Jornal do Brasil. Acho que todas as colocações que foram feitas aqui, focalizando o problema do ponto de vista da terra são bastante justas, certo, é o que esta por trás desse assunto. O que foi dito a respeito das comunidades indígenas é certo. Agora, é sensível o recuo do governo dentro desse decreto clandestino, semi-clandestino. Parece-me que houve um recuo mas,como disse um de nossos colaboradores ou comentadores, o essencial permanece. E a recuperação não se faz através de artifícios. Visa-se com esse decreto, claramente, por iniciativa do Governo, por iniciativa do órgão, quando no Estatuto do Índio, artigo 9º, a iniciativa é do indivíduo índio, agora passa a ser de inciativa do órgão, ouvir o índio. Quando era de iniciativa do índio ouvir o órgão, houve esta inversão, com o objetivo de alcançarmos os indivíduos, com o objetivo de atrair estes indivíduos para um mundo que ele não compreende, não conhece, como dizia Trumai: "não entende disso"; como também dizia o Kaingang: "não compreende essa coisa, não entende, mas não gosta disso, não acha bom!" (aplausos)

Atraido para o desconhecido, para o obscuro, atraido para, quem sabe, para a cela da repressão. Pois notem bem: uma vez emancipado o indivíduo, ele não é mais inimputável , ele está sujeito às leis e sobretudo àquelas leis que sobram para os marginalizados, que são as

leis penais. É enquadrável na Lei de Segurança Nacional. Pensemos um pouco nisso: eu acho que quando é convocado o Conselho de Segurança Nacional para apreciar a Questão Indígena e apresentar propostas de reformulação desse estatuto, é sinal de que alguma coisa de muito grave está acontecendo na cabeça desses ditos "Donos do Poder" (aplausos).

Observando os conflitos de Norte a Sul do Brasil - conflitos de justiça, conflitos de luta pela sobrevivência, "eles" estarão querendo, sem dúvida, resolvê-los pelo abafamento. Não indo à raiz dos males, não procurando ir ao fundo da questão, que é uma injustiça estrutural, mas degolando as lideranças indígenas. (aplausos).

Tem razão Daniel Cabixi de prever, de antever com essa lucidez de índio que nos deveria abrir os olhos; nós deveríamos enxergar através da limpidez de seu olhar. Olhar de quem vem sofrendo porque não existe isso no nosso povo, na nossa gente que por causa de uma injeção de mentira se acostumou a ver o índio folclórico, mas não percebe a dimensão política que existe na alma desse povo que vem sofrendo toda sorte de opressão, toda sorte de dominação.

Nós do CIMI, digo, nós, membros do CIMI, agora, muito tardiamente, começamos a acordar para esta dimensão política da mensagem Evangélica. É por isso que este CIMI é perseguido no Templo e no Pretório! Porque reconhece que o Evangelho necessariamente se é Salvador, se não é hipocrisia, se não é uma panacéia, se não é vã ciência, deve levantar como anúncio e como denúncia, a iniquidade que está presente em toda forma de opressão na estrutura da sociedade, na estrutura de suas leis e de sua organização.

Então, acontece que este governo, este organismo que se propõe, agora, a emancipar o índio, não tem autoridade moral para emancipá-lo. Realmente, nós podemos dizer que não tem autoridade moral para decretar a emancipação do índio porque emancipação supõe um crescimento. Ora, a FUNAI sempre impediu o crescimento e auto-determinação do índio. Houve intromissão do governo, nos governos dos grupos tribais, houve imposição de lideranças, houve criação de polícia indígena, houve repressão à conscientização desses índios por antropólogos, por missionários, ao passo que os caminhos estavam abertos a toda sorte de exploradores, a todo tipo de vendedor de cachaça de regatão. Interveio no sentido de dissolver assembléias indígenas como eu assisti pessoalmente em Roraima, no Surumú, uma assembléia dissolvida pela FUNAI, de 140 chefes indígenas pertencentes a tres grupos: Macuxi, Wapixuna, Tauripang. Não era este o caminho da emancipação? Os passos dados por eles mesmos para se definirem pacificamente diante da sociedade envolvente? Procurando seus meios e seus caminhos próprios

de relacionamento com essa sociedade. Não é isso caminhar para a emancipação? Essa emancipação da qual fala o governo, que deve partir deles. Então, não tem autoridade moral para decretar essa emancipação, quem castrou a emancipação nascida do índio. (aplausos).

No próximo dia 19 de dezembro, vai completar o prazo de 5 (cinco) anos determinado por lei para a demarcação das terras indígenas. Expira o prazo, normalmente, deveria-se providenciar um outro diploma legal, algum dispositivo de lei para prosseguimento, porque a lei não foi cumprida. Isso não quer dizer que a lei não sendo cumprida, que se deva revogar a lei, abolir a lei. Ela continua de pé, os faltosos é que deveriam prestar contas do não cumprimento dessa lei. Nada, absolutamente nada está sendo programado no sentido do amanhã dessa delimitação das terras e apenas um terço dessas terras foi delimitado. O que está se fazendo é justamente um corre-corre na escuridão, nas sobras, no tête-a-tête do pessoal de confiança do governo, para, de uma maneira realmente clandestina - é o termo - realizar um decreto duma gravidade tamanha. Basta este acontecimento apenas para chamar a atenção duma maneira intensa sobre a gravidade do momento . (aplausos).

É uma conquista - acho que irreversível - da antropologia, dos antropólogos, no sentido de reconhecer ao índio como protagonista de sua história, de sua vida. É de saber que, hoje, em dia, só tem sentido ser antropólogo e etnólogo comprometido. Acabou-se o tempo daquele que vai estudar o índio como um bicho curioso. É realmente, alguém marcado pela iniquidade, ou como nós dizemos, em linguagem bíblica, pela ação do carisma. Não se estuda isso de uma maneira fria - tem que se comprometer. Da mesma forma, os missionários, graças a uma abertura do Concílio, começam a ver no índio o nosso evangelizador. Em vez de sermos nós aqueles que levamos a eles uma mensagem de salvação, uma mensagem de boa nova, vamos a ele para percebermos nele a semente do verbo (aplausos). E, reconhecermos, afinal de contas, que ele deve ser considerado como sujeito, autor e destinatário de seu próprio desenvolvimento. (aplausos).

E isto está acontecendo por parte dos índios. Comentando há pouco com amigos, eu dizia que apesar do governo e de que este decreto venha, assim, de uma maneira impávida, insensível, inflexível e irreversível, o índio vencerá. Eu acredito no futuro do índio. Eu faço essa opção de fé no futuro do índio, primeiro pelo que vem acontecendo na história, mesmo que aconteça aquilo que Darcy fala sempre, da passagem do índio específico para o índio genérico. Do índio com tradição Kaingang para o índio que engloba todas as tradições, todas elas se confundindo, mas sem se misturar. Eu acredito no futuro dele., porque historicamente estão vivos. Nós os vemos aqui. Eles são de um povo milenar, de um povo que vem sofrendo há séculos - eles estão vivos.

E eu acredito por um segundo motivo: porque evangelicamente, biblicamente, são estes restos que Deus considera como os seus prediletos. São aqueles pobres de Javé que continuam hoje em dia na pessoa dele para anunciar diante desse mundo que perdeu o rumo, que perdeu toda segurança, o que é ser gente, o que é ser irmão. O que é não colocar a sua esperança no dinheiro, nas ações e no latifúndio, mas colocar suas esperanças no companheiro. É assim que Xangrê conseguiu sua vitória em Nonoai, unidos uns aos outros! Qual é a fortuna em que ele se apoiou senão uns nos outros?

Isso tem virtú, isso para mim é evengélico, isso para mim é sinal de presença de Deus que caminha a frente da história. E que nos ilumina através dos fracos para confundir os fortes (Naqueles que são humildes para confundir aqueles que se orgulham da sabedoria).

Então, eu queria lembrar tudo isso para que a gente reflita e creio que muitos poderão continuar essa reflexão, retomando aquele início da nossa conversa. As comunidades indígenas poderão ser duramente atingidas de agora em diante, com um golpe de morte desde que essa emancipação alcançar os seus chefes, as suas lideranças que certamente eles já tem elencados lá e sem aparentemente falar de emancipar comunidades indígenas, vão morrendo aos poucos. Por desânimo, por medo, imagine alguém que é a esperança do grupo, que expime a caminhada desse grupo, que anuncia um povo - que cataliza, que reune em si como que o apelo e o clamor do grupo - esse ser emancipado, de repente, enquadrado, preso, afastado por um mes, por 2 meses, por um ano e sem jamais poder retornar aos seus grupos, perdendo completamente o contato. É isso que eu temo. E tenho sérias razões para temer porque não tenho visto, caros amigos, sinal de amor por esses grupos, por parte do governo. Esses grupos indígenas. É o divórcio, não só com relação ao povo, é o divórcio sobretudo, com relação a esses grupos marginalizados, a essas minorias etnicas, aos nossos irmãos índios.